



**TESTE SELETIVO – EDITAL Nº 245/2013-PRH
ADVOGADO**

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA E PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

- Verifique se este caderno contém 40 questões e assine-o no local apropriado.
- Confira os dados da folha de respostas e assine-a no local apropriado.
- A marcação das letras na folha de respostas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta**, conforme exemplo:



- Na folha de respostas não poderá haver rasuras e não poderá haver mais de uma alternativa assinalada para cada questão; caso ocorra, a questão será anulada.
- Não haverá substituição da folha de respostas.
- A prova terá duração de 04 (quatro) horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1h30min do início da prova.
- O candidato que necessitar utilizar o sanitário deverá solicitar ao aplicador de prova.
- Este caderno de prova não poderá ser levado. O candidato poderá transcrever as respostas para o rascunho abaixo e levá-lo consigo ao término da prova.

NOME DO CANDIDATO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

Maringá, 10 de novembro de 2013.

✂Corte na linha pontilhada

UEM - Edital 245/2013-PRH – Teste Seletivo para a função de Advogado.

RASCUNHO – ANOTE AQUI AS SUAS RESPOSTAS

Questões	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Respostas																				
Questões	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Respostas																				

CRONOGRAMA:

- Divulgação do gabarito e do caderno de prova: 11-11-2013, às 17 horas.
- Entrega da **Ficha de Inscrição**: 11 e 12-11-2013 na Divisão de Recrutamento e Seleção da UEM, bloco 104, sala 28, em Maringá-PR, no horário das 8h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.
- Publicação do resultado da prova objetiva: 27-11-2013, às 17 horas, no endereço www.uem.br/concurso.
- O caderno de prova ficará disponível em www.uem.br/concurso até a publicação do resultado da prova objetiva.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Questão 01

Sobre a responsabilidade civil do Estado e reparação do dano, considere:

- I. Não cabe a responsabilização do Estado quando o agente público causador do dano estiver agindo na condição de um simples particular, isto é, sem estar exercendo as suas atribuições.
- II. No Brasil, a responsabilidade do Estado é objetiva, o que implica a indenização de qualquer prejuízo causado a terceiros, ainda que não tenha sido o responsável, impedindo, assim, que se alegue excludentes de responsabilidade.
- III. De acordo com a Constituição Federal, a responsabilidade civil do Estado pode recair sobre as pessoas de Direito Público e de Direito Privado que prestam serviços públicos.
- IV. Definida a responsabilidade do Estado e, uma vez indenizado o terceiro prejudicado, segundo a teoria da responsabilidade objetiva, não cabe direito de regresso em face do agente público causador do dano.
- V. A responsabilidade para a Administração Pública não depende da culpa, enquanto que, para o agente público causador direto do dano, relevante é a comprovação da culpa ou do dolo para que ele possa ser responsabilizado.

Está **correto** o que consta apenas em:

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) II, III e IV.
- D) II, IV e V.
- E) I, III e V.

Questão 02

Considerando ser o direito à propriedade um direito fundamental é **correto** afirmar:

- A) Que os bens dominicais podem ser adquiridos por usucapião.
- B) Que os bens públicos podem ser adquiridos por usucapião.
- C) Que a presença de ente federal na ação de usucapião especial afasta a competência de foro da situação do imóvel.
- D) Que a presença da União na ação de usucapião especial não afasta a competência de foro da situação do imóvel.
- E) Que a presença de ente estatal na ação de usucapião ordinária não afasta a competência de foro da situação do imóvel.

Questão 03

Uma fundação de direito privado:

- A) Pode ter sua finalidade estatutária alterada, desde que aprovada a alteração do estatuto por 2/3 (dois terços) dos competentes para gerir e representar a fundação.
- B) Pode ter sua finalidade estatutária alterada, desde que aprovada a alteração do estatuto pelo órgão do Ministério Público.
- C) Pode alterar seus estatutos por deliberação de 2/3 (dois terços) dos competentes para gerir e representar a fundação, desde que não contrarie ou desvirtue o fim desta, ouvido o órgão do Ministério Público.
- D) Não pode alterar seus estatutos caso o órgão do Ministério Público denegue aprovação para tanto.
- E) Pode alterar livremente seus estatutos, sem a manifestação do órgão do Ministério Público.

Questão 04

Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo a operação tributável é:

- A) elisão fiscal.
- B) evasão fiscal.
- C) sonegação fiscal.
- D) só é ilícita se ocorre antes da ocorrência do fato gerador que precede.
- E) depende de representação para ser punida.

Questão 05

Em matéria de apelação, ao relator:

- A) Não é permitido negar seguimento a recurso que confronte súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.
- B) É permitido dar provimento ao recurso, caso a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.
- C) Permite-se negar seguimento apenas a recurso que confronte súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal.
- D) É permitido expor a causa após a sustentação oral do recorrente e do recorrido.
- E) Não pode propor que seja o recurso julgado pelo órgão colegiado, para prevenir divergência entre câmaras, quando ocorra relevante questão de direito.

Questão 06

O Conselho Universitário, órgão máximo da Universidade Estadual de Maringá, é constituído também por um representante de cada departamento, integrante da carreira docente. No caso de vacância da representação departamental, a mesma será exercida

- A) pelo professor mais antigo no departamento até que se proceda à eleição de novos representantes titular e suplente.
- B) pelo Chefe do Departamento, até que se proceda à eleição de novos representantes titular e suplente.
- C) pelo professor eleito pelos servidores e professores lotados no departamento pertinente, em eleições diretas e secretas convocadas pelo Chefe do Departamento.
- D) por professor escolhido pelos professores lotados no departamento pertinente, em eleições diretas e votações secretas convocadas pelo reitor.
- E) pelo Diretor do Centro ao qual está afeto o Departamento.

Questão 07

O princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais:

- A) Não se aplica à instituição educacional oficial criada por lei estadual e existente antes de 1988, desde que não seja total ou preponderantemente mantida com recursos públicos.
- B) É aplicável à instituição educacional oficial criada por lei estadual e existente antes de 1988, mesmo que não seja total ou preponderantemente mantida com recursos públicos.
- C) Não é aplicável a cursos de pós-graduação *stricto sensu* mantidos por Estados.
- D) Não se aplica a universidades municipais.
- E) É aplicável também aos estabelecimentos particulares profissionalizantes.

Questão 08

A repristinação:

- A) Só é possível se a lei revogadora tiver perdido a vigência.
- B) Não é possível no sistema jurídico brasileiro.
- C) Sempre ocorre quando a lei revogada é restaurada por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- D) O ordenamento jurídico brasileiro só a admite se houver expressa disposição para sua ocorrência.
- E) Significa a revogação tácita de uma norma.

Questão 09

As limitações impostas ao exercício da competência residual pela União configuram-se como

- A) requisitos de técnica jurídica, e não interferem no tamanho da competência residual, mas sim no modo de utilizá-la.
- B) requisitos de técnica jurídica, e interferem no tamanho da competência residual, e também o modo de utilizá-la.
- C) requisitos de técnica política, e assim interferem no tamanho da competência residual, mas não no modo de utilizá-la.
- D) requisitos de técnica política que dizem respeito apenas ao tamanho da competência residual.
- E) requisitos de técnica jurídica e política, que interferem no tamanho da competência residual.

Questão 10

Em sede de mandado de segurança:

- A) O ingresso de litisconsorte ativo poderá ocorrer após o despacho da petição inicial.
- B) É possível concessão de liminar para a equiparação de servidores públicos.
- C) A suspensão da liminar vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão de segurança, ou havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração, salvo determinação em contrário da decisão que deferiu a liminar.
- D) É possível concessão de liminar para servidor público voltada à extensão de vantagens ou pagamentos.
- E) É vedada a concessão de liminar contra órgãos públicos sem garantia que assegure ressarcimento à pessoa jurídica.

Questão 11

O Estado do Paraná celebrou contrato de parceria público-privada com empresa particular para o fornecimento e instalação de equipamentos de informática na rede estadual de ensino. Esse contrato é

- A) concessão administrativa.
- B) concessão patrocinada.
- C) expressamente previsto pela legislação.
- D) expressamente proibido pela legislação.
- E) contrato da Administração.

Questão 12

São legitimados à propositura de ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo municipal, em face da Constituição do Estado do Paraná:

- A) O governador do Estado e a Assembleia Legislativa.
- B) A Mesa da Câmara do respectivo Município, mesmo quando o ato normativo não afete a autonomia local.
- C) O Deputado Estadual.
- D) O Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.
- E) O Procurador-Geral da Assembleia Legislativa.

Questão 13

O exercício dos direitos da personalidade:

- A) Pode ser objeto de renúncia.
- B) É irrenunciável.
- C) É indisponível.
- D) É absoluto.
- E) Não se presta à tutela inibitória.

Questão 14

A competência para fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada, compete a União. Por isso

- A) se o Poder Público resolver criar uma taxa pelo exercício do poder de polícia neste assunto, caberá exclusivamente à União, como consequência de seu monopólio sobre este assunto.
- B) se o Poder Público resolver criar uma taxa pelo exercício do poder de polícia neste assunto, caberá preferencialmente à União, mas residualmente aos Estados.
- C) se o Poder Público resolver criar uma taxa pelo exercício do poder de polícia neste assunto, Estados e Municípios também poderão instituir o tributo.
- D) a competência para fiscalizar não autoriza a criação de taxa, por se tratar do poder de polícia.
- E) a competência para fiscalizar autoriza a criação de taxa por qualquer ente federado.

Questão 15

A sentença que condenar autarquia ao pagamento de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos:

- A) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo que não seja ofertada apelação.
- B) Não está sujeita ao reexame necessário, se ofertada apelação.
- C) Transitará em julgado trinta dias após sua publicação, se não ofertada apelação.
- D) Só transitará em julgado se confirmada pelo Tribunal respectivo.
- E) Exige a interposição de apelação pela sucumbente, vedada a conciliação.

Questão 16

Na Universidade Estadual de Maringá, a coordenação didática dos cursos de graduação, específica para cada modalidade, presencial e a distância, e para cada campus, fica a cargo de um Conselho Acadêmico constituído:

- A) obrigatoriamente, por um representante de cada um dos departamentos que ministrem disciplinas no curso, e que, preferencialmente, dele seja professor.
- B) por docentes dos departamentos que ofertarem acima de 40% de disciplinas para o curso, em número superior ao número de representantes dos departamentos que ministrem disciplinas para o curso.
- C) por um representante discente matriculado no curso.
- D) facultativamente, por um representante de cada um dos departamentos que ministrem disciplinas no curso, e que, preferencialmente, dele seja professor.
- E) por um representante do Reitor.

Questão 17

O Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

- A) É nomeado pela Mesa da Assembleia, dentre cidadãos de reputação ilibada, maiores de trinta e cinco anos e de notório saber jurídico.
- B) É nomeado por voto da maioria da Assembleia Legislativa, dentre cidadãos de reputação ilibada, maiores de trinta e cinco anos e de notório saber jurídico.
- C) É nomeado pelo Governador do Estado, dentre cidadãos de reputação ilibada, maiores de trinta e cinco anos e de notório saber jurídico.
- D) É nomeado pelo Presidente da Assembleia.
- E) É eleito pela Assembleia Legislativa.

Questão 18

A disposição gratuita de parte do próprio corpo, para depois da morte:

- A) É proibida em qualquer hipótese.
- B) É permitida em qualquer hipótese.
- C) É válida, desde que com objetivo científico, mas não com objetivo altruístico.
- D) É válida, desde que com objetivo altruístico, mas não com objetivo científico.
- E) É válida, desde que com objetivo altruístico ou científico.

Questão 19

Inovação, para efeitos da Lei 17.314/2012 do Estado do Paraná:

- A) É resultado de aplicação substancial de conhecimentos científicos e tecnológicos, caracterizado por diferencial competitivo no mercado ou significativo benefício social.
- B) É a proteção do conhecimento gerado internamente em processo de transferências de tecnologia.
- C) É o fomento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.
- D) É invenção essencialmente derivada ou qualquer outro desenvolvimento tecnológico, obtidos por um ou mais criadores, que gere ou possa gerar novo processo, produto, serviço ou aperfeiçoamento incremental.
- E) É a implementação, com sucesso, de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um novo processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

Questão 20

No âmbito da Universidade Estadual de Maringá é cabível o seguinte recurso:

- A) Contra atos do reitor, em matéria acadêmica, administrativa e financeira, ao Conselho Universitário, em cinco dias.
- B) Contra atos do reitor, com efeito suspensivo, em matéria acadêmica, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em cinco dias úteis.
- C) Contra flagrante ilegalidade, infringência de disposição estatutária ou regimental de decisões emanadas do Conselho de Administração ou do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ao Conselho Universitário, em cinco dias úteis.
- D) Contra atos do reitor, com efeito suspensivo, em matéria financeira, ao Conselho da Administração, em cinco dias.
- E) Contra atos do reitor, com efeito suspensivo, em matéria acadêmica, administrativa e financeira, ao Conselho Universitário, em cinco dias.

Questão 21

São princípios basilares do ensino:

- A) Respeito à liberdade e apreço à tolerância e a consideração com a diversidade étnico-racial.
- B) Gratuidade do ensino.
- C) Valorização do profissional da educação escolar especial.
- D) Gestão democrática do ensino público incondicionada.
- E) Valorização da cidadania.

Questão 22

As organizações religiosas:

- A) São pessoas jurídicas de direito privado e seu reconhecimento ou registro não pode ser negado pelo Poder Público.
- B) São pessoas jurídicas de direito público.
- C) Não são pessoas jurídicas.
- D) São pessoas jurídicas de direito privado e independem do seu reconhecimento ou registro do Poder Público.
- E) Não configuram espécie distinta de pessoa jurídica de direito privado.

Questão 23

O prazo para uma autarquia recorrer e para contestar é

- A) em triplo e em dobro, respectivamente.
- B) em dobro e em quádruplo, respectivamente.
- C) em quádruplo, nas duas hipóteses.
- D) em quádruplo e em dobro, respectivamente.
- E) em dobro, nas duas hipóteses.

Questão 24

Servidor público em estágio probatório

- A) só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- B) só perderá o cargo se for reprovado na avaliação de desempenho.
- C) só perderá o cargo se for reprovado na avaliação de desempenho, após processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- D) só perderá o cargo se cometer falta funcional.
- E) só adquirirá estabilidade após dois anos de efetivo exercício.

Questão 25

Segundo a Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. Essa norma admite as seguintes exceções:

- A) Se a acumulação for de um cargo de professor com outro, técnico.
- B) Se a acumulação for de dois cargos de professor, desde que haja compatibilidade de horários.
- C) Se a acumulação for de um cargo de professor com outro, científico.
- D) Se a acumulação for de dois cargos de professor.
- E) Se a acumulação for de um cargo de professor estadual com outro de professor municipal.

Questão 26

O desvio de finalidade nas atividades de uma pessoa jurídica de direito privado:

- A) Implica na desconsideração total da sua personalidade jurídica.
- B) Permite alcançar bens particulares de administradores, mas não de sócios, por decisão judicial.
- C) Permite alcançar bens particulares de sócios, mas não de administradores, por decisão judicial.
- D) Autoriza a decisão judicial no sentido de que efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- E) Não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.

Questão 27

Em mandado de segurança

- A) o ente público é obrigado a contestar, sob pena de responsabilização.
- B) as informações são prestadas pelo superior hierárquico da autoridade apontada como coatora.
- C) o órgão de representação judicial a que pertence a autoridade apontada como coatora é o único legítimo para prestar informações.
- D) a autoridade apontada como coatora é a responsável por prestar informações.
- E) o juiz não pode julgar sem que a autoridade apontada como coatora tenha prestado informações.

Questão 28

A Universidade Estadual de Maringá pretende contratar agência de publicidade para a elaboração de campanha institucional de divulgação do seu ensino à distância. Esse contrato

- A) prescinde de licitação, por se tratar de serviço técnico especializado.
- B) exige licitação em qualquer hipótese.
- C) se enquadra nas hipóteses de inexigibilidade de licitação.
- D) deve ser precedido de concurso.
- E) se insere nas hipóteses em que a licitação é dispensável.

Questão 29

Os atos de improbidade administrativa importarão

- A) a suspensão dos direitos públicos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- B) a suspensão dos direitos públicos, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- C) a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- D) a suspensão dos direitos públicos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- E) a suspensão dos direitos públicos, a perda da função pública e a indisponibilidade dos bens.

Questão 30

A permissão de uso

- A) é ato negocial, unilateral, discricionário e precário, através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público, ficando ao arbítrio do permissionário o uso.
- B) é ato negocial, unilateral, discricionário e precário, através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público, sendo o permissionário obrigado ao uso.
- C) é ato negocial, bilateral, discricionário e precário, através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.
- D) é ato negocial, unilateral, vinculado e precário, através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.
- E) é ato negocial, bilateral, vinculado e precário, através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.

Questão 31

Para ser reputado litigante de má-fé, por alterar a verdade dos fatos

- A) é exigido o dolo de alterar a verdade.
- B) basta a culpa ou o erro inescusável.
- C) é exigido requerimento expresso da parte.
- D) é preciso que se prove o prejuízo causado.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

Questão 32

Um servidor público de uma autarquia que seja eleito para mandato eletivo:

- A) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, não ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- B) Investido no mandato de Prefeito, poderá continuar a exercer o cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- C) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- D) No caso de afastamento de seu cargo, não será computado o período de afastamento para efeito de benefício previdenciário.
- E) Em qualquer hipótese deverá se licenciar do cargo público.

Questão 33

Presente comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide, duas ou mais pessoas podem litigar, ativa ou passivamente. O juiz

- A) deverá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- B) poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- C) deverá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- D) poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- E) não poderá limitar o litisconsórcio quanto ao número de litigantes, em qualquer hipótese.

Questão 34

A realização de contratos e convênios, subordinados a Lei 15.608/2007 do Estado do Paraná, está juridicamente condicionada

- A) aos princípios universais da isonomia e sustentabilidade ambiental.
- B) aos princípios universais da sustentabilidade ambiental apenas.
- C) apenas aos princípios taxativos da legalidade, finalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade, eficiência, celeridade, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, devido processo legal e motivação dos atos.
- D) somente aos princípios inerentes às licitações de vinculação ao instrumento convocatório, justo preço e competitividade.
- E) somente aos princípios da igualdade e da não discriminação.

Questão 35

O habeas data será concedido

- A) se a petição inicial estiver instruída com prova da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de dez dias sem decisão.
- B) independentemente de prova do decurso de mais de dez dias sem decisão ou de recusa ao acesso às informações.
- C) para a defesa de direito líquido e certo.
- D) para assegurar o conhecimento de informações relativas a qualquer pessoa.
- E) com prioridade ao processo de mandado de segurança.

LÍNGUA PORTUGUESA

A melhor vitamina E está no prato

Ela protege ou não contra o câncer? Segundo uma pesquisa recente, o nutriente é parceiro. Mas só quando vem dos alimentos

(Thaís Manarini)

1 Vira e mexe a substância agita o universo científico. Enquanto alguns estudos afirmam que ela é capaz de reduzir o risco de desenvolvimento de câncer, outros trabalhos mostram o oposto, ou seja, que a vitamina E não proporciona tal benefício. E pior: até estimularia a proliferação de células cancerosas. Agora, uma nova pesquisa publicada na revista científica *Cancer Prevention Research* reacende o debate, sugerindo uma explicação para dados tão contraditórios. De acordo com os cientistas da Rutgers – The State University of New Jersey, nos Estados Unidos, duas formas de vitamina E, chamadas gama e delta-tocoferol, teriam ação protetora. Encontradas em alimentos como soja, óleo de canola, milho e nozes, elas evitaram a formação e o crescimento dos tumores de cólon, mama, próstata e pulmão em cobaias.

2 Na contramão estaria a versão alfa-tocoferol, geralmente usada como ingrediente dos suplementos. Essa, sim, afirmam os pesquisadores, não mostrou serventia nenhuma para a saúde. Isso explicaria por que um estudo denominado Select – que acompanhou mais de 35 mil homens nos Estados Unidos, no Canadá e em Porto Rico por aproximadamente cinco anos – chegou a evidenciar um aumento na ocorrência de câncer de próstata entre os indivíduos que consumiam a vitamina E encapsulada. "Vale ressaltar que, nessa análise, a dose diária foi muito maior do que a recomendada", observa Thomas Ong, professor da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (FCF-USP).

3 Deve-se levar em conta também que as pessoas não têm genes idênticos nem cultivam os mesmos hábitos. "Portanto é preciso cautela antes de culpar os suplementos pelo surgimento da doença", defende Elaine Cristina Pinto Moreschi, professora de bromatologia das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), na capital paulista – essa ciência estuda integralmente os alimentos. De qualquer forma, a conclusão dos cientistas de Rutgers aponta para um caminho indiscutivelmente seguro e eficiente: a vitamina tem de vir de uma dieta equilibrada. "Os autores conseguiram demonstrar que o nutriente originário de alimentos como os óleos vegetais têm ação preventiva contra o câncer. Dessa forma, a suplementação deixaria de ser tão necessária", reflete a especialista. Ao recorrer às cápsulas, convém destacar que o organismo fica exposto aos efeitos de apenas um composto, o que em longo prazo pode não ser tão benéfico como o esperado.

4 O curioso fato de que é possível encontrar mais de um tipo de vitamina E – só para constar, são oito versões – é outro ponto que merece atenção em meio

ao bafafá. "As estruturas químicas apresentam pequenas variações e, por isso, elas acabam agindo de formas tão distintas. Sem contar que há particularidades em relação ao funcionamento de cada tipo no organismo", informa Ong. "Trata-se de um importante aspecto a ser considerado ao estudar a relação entre o nutriente, seus ganhos e ameaças à saúde."

5 Segundo Eliana Vellozo, pesquisadora em deficiência de micronutrientes da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), uma coisa é certa: a carência de vitamina E no organismo é muito rara. "Só acontece na presença de determinadas anormalidades genéticas ou quando o indivíduo tem dificuldade em absorver gordura", informa. Para ter ideia, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, um adulto precisa de aproximadamente 10 miligramas do nutriente por dia para viver bem. "Uma alimentação balanceada, com óleos vegetais, nozes, legumes, oleaginosas e carnes, já é capaz de suprir a quantidade de consumo recomendada", garante Elaine. Mais um motivo para pensar duas vezes antes de se entupir de suplementos.

(Texto adaptado de <<http://saude.abril.com.br/edicoes/0352/nutricao/melhor-vitamina-esta-prato-694540.shtml>>. Acesso em 12 de outubro de 2013.)

Questão 36

Considere as afirmações seguintes sobre as informações apresentadas no texto.

- I. As formas de vitamina E que teriam ação protetora são as chamadas gama e delta-tocoferol.
- II. Segundo os cientistas de Rutgers, a vitamina E tem de vir de uma dieta equilibrada.
- III. A carência de vitamina E é muito recorrente entre as pessoas, o que justifica o consumo de suplementos.

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

Questão 37

Considere as afirmações seguintes sobre as informações apresentadas no texto.

- I. A vitamina E, oriunda de alimentos como os óleos vegetais, tem ação preventiva contra o câncer.
- II. Os trabalhos científicos são unânimes ao afirmar que a vitamina E reduz o risco de desenvolvimento de câncer.
- III. A carência de vitamina E no organismo só acontece na presença de determinadas anormalidades genéticas ou quando o indivíduo tem dificuldade em absorver gordura.

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

Questão 38

Considere as afirmações seguintes sobre a regência de verbos presentes no texto.

- I. O verbo “agitar” (primeiro parágrafo) é transitivo direto e seu complemento é “o universo científico”.
- II. O verbo “evidenciar” (segundo parágrafo) é transitivo direto e seu complemento é “um aumento na ocorrência de câncer de próstata entre os indivíduos que consumiam a vitamina E encapsulada”.
- III. O verbo “apontar” (terceiro parágrafo) é transitivo indireto e seu complemento é “um caminho indiscutivelmente seguro e eficiente”.

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 39

Sobre os direitos da criança e do adolescente, previstos na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a questão **incorreta**.

- A) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- B) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- C) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- D) O direito ao respeito consiste na preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, da sexualidade, idéias e crenças, salvo comprovada necessidade que atenda ao superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- E) A primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude são as garantias de prioridade estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Questão 40

Quanto a política de atendimento prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, avalie as proposições e assinale a alternativa **correta**.

- A) As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar, entre outros, os seguintes princípios: preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; não desmembramento de grupos de irmãos; e evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.
- B) Faz parte das diretrizes da política de atendimento a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, sendo vedada a participação popular paritária por meio de organizações representativas.
- C) Deve-se promover campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, adotando o critério racial para as crianças maiores ou adolescentes e inter-racial para as menores, priorizando aquelas com necessidades específicas de saúde ou com deficiências.
- D) A função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e será remunerada.
- E) Os recursos destinados à implementação e manutenção dos programas relacionados no art. 90, do Estatuto da Criança e do Adolescente, serão previstos nas dotações orçamentárias dos órgãos públicos encarregados das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, desconsiderando o princípio da prioridade absoluta preconizado pelo caput do art. 227 da Constituição Federal.